

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Yuri Miguel Macedo

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Kiusam Regina de Oliveira

Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

*“Cosi ewê, cosi orisà!
Ewê ô, ewê orisà,
Sem folha não tem sonho,
Sem folha não tem vida
Sem folha não tem nada”
(canta Maria Bethânia)*

Saudando a nossa ancestralidade. Ao escrevermos esse editorial, em meio ao mês da consciência negra no Brasil, nos deparamos com o acinte do poder público e principalmente o genocídio da população negra em um país que se mostra arraigado de racismo, misoginia, xenofobia, LGBTfobia, entre as demais desgraçadas formas de preconceito e discriminações existentes. Esta escrita é carregada de afeto e ao mesmo tempo de revolta por tantos sofrimentos que se vê passando a população negra (des)governada por um governo nacional genocida, cisnormativo, cristão e eurocentrado. Um marco que queremos trazer nesse editorial é que a violência contra a população negra atravessa países e mares, dito isso, trazemos as memórias de George Perry Floyd Jr. que foi assassinado em 25 de maio de 2020 nos Estados Unidos, Miguel Otávio Santana da Silva, de cinco anos, abandonado por sua responsável naquele momento, a patroa de sua mãe que estava responsável por ele, e tal gesto o levou à morte no dia 2 de junho de 2020 e João Alberto Silveira Freitas, de quarenta anos, que em 19 de novembro de 2020 no supermercado Carrefour em Porto Alegre, foi brutalmente assassinado ao ser espancado pelos seguranças locais sem que tivesse despertado qualquer reação de ajuda ao nefasto acontecimento no sul do país.

Enfatizamos que as mudanças e posturas frente aos inúmeros preconceitos e discriminação estão diretamente ligados aos projetos de governo, principalmente as políticas públicas que alcançam essa minoria que é estigmatizada e subalternizada a séculos. Acreditamos que a Educação tem esse papel de tensionar e fissurar os espaços escolares no combate do racismo e demais processos violentos, excludentes e genocidas que estão em percurso nesse país.

Após anos da promulgação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, vê-se que ainda existe um processo de racismo institucionalizado, e a Educação para as Relações Étnico-Raciais em sua concepção traz a necessidade de empardecer mais e mais, enquanto Política Pública, o combate do racismo e de todas as formas de discriminação. É preciso repensar e brevemente fazer uma reflexão das práticas e saberes para a redução dessa desigualdade que assola o território brasileiro.

Ao se pensar nesse dossiê, além das Relações Étnico-Raciais é necessário discutir a Política Pública Educacional, tendo em vista o que afirma Gomes (2017) que no Brasil o ser negro é também tornar-se negro. Por isso, convidamos você para ler esse belíssimo dossiê que conta com pesquisas que contribuem com a temática apresentada no título desse documento.

Encetamos esse dossiê com o escrito **“PEDAGOGIA ECO-ANCESTRAL: CAMINHOS PARA (RE)EXISTÊNCIA DE INFÂNCIAS NEGRAS”** de Kiusam Regina de Oliveira pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em parceria com Joelma dos Santos Rocha Trancoso do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) que vêm apresentar em sua essência a importância de problematizar os métodos e materiais que são utilizados nas instituições escolares, principalmente na educação infantil. De certo, após a reflexão é necessário esforço crítico e conscientemente voltado a garantir uma educação antirracista, pensado nas crianças e adultos negros que estão às margens da sociedade. Assim como a Pedagogia Eco-Ancestral, os saberes do candomblé e da Pedagogia de Terreiro têm muito a contribuir para a formação do sujeito e de sua identidade. Por que não levar as Epistemologias Ancestrais e/ou de Terreiros para dentro dos espaços escolares? Estaríamos tão somente colocando em prática o que preconiza as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 (Macedo, Maia e Santos, 2019).

No intuito de apresentar a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata de 2001, que aconteceu em Durban na África do Sul, o texto **“AS CONFERÊNCIAS MUNDIAIS CONTRA O RACISMO E A FORMAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UM ENCONTRO ENTRE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E EDUCAÇÃO”** de autoria de Marcus Vinícius Hypólito Alves da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), nos traz um importante aspecto sobre a viabilidade e implantação de políticas públicas que foram pactuadas nesse evento. Em se tratando do Brasil, tais ações para o fortalecimento da educação das relações étnico-raciais se configuraram em 3 importantes marcos: primeiro, a promulgação da Lei nº 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008 que alterou a Lei 9.394 de 1996 onde estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; segundo, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que foi um órgão do Poder Executivo do Brasil criado no governo do presidente Lula em 2003 para promover a igualdade e a proteção de grupos raciais e étnicos afetados por discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra; por fim foi a 5ª Conferência Mundial Sobre Combate às Desigualdades Econômica Racial e Étnicas, realizada no Brasil em 2018 na Universidade Federal do Espírito Santo em parceria com Roy Wilkins Center for Human Relations and Social Justice, da Universidade de Minnesota (EUA) e o Instituto Internacional de Liderança. Em especial a Educação para as Relações Étnico-raciais, Azevedo e Aguiar (1999) nos elucidam uma questão muito importante em relação a política pública educacional no Brasil: “ainda não consolidado em termos de referenciais analíticos consistentes, e que, de resto, sofre as indefinições resultantes da crise de paradigmas que afeta as ciências sociais e humanas na contemporaneidade[...]”.

Conhecer o percurso e o enfrentamento de mulheres negras dentro dos espaços de sociabilidade na escola e fora dela o texto **“MULHERES NEGRAS: BARREIRAS RACIAIS E ASCENSÃO SOCIAL NAS TRAJETÓRIAS DE DIRETORAS”** escrito por Aleia Cardoso Corrêa, da Prefeitura Municipal de Tubarão em Santa Catarina e Tânia Cruz da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), as autoras

vêm com o intuito de apresentar o processo de ascensão social da professora negra para cargos de direção na escola como um espaço de liderança e lugar de resistência nas relações de raça, gênero e classe.

Assim como há um grande processo para a ascensão do negros em postos importantes e de prestígio o texto **“SER NEGRO NO MARAJÓ: NOTAS SOBRE IDENTIDADE E RACISMO NA AMAZÔNIA PARAENSE”** sob autoria de Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães da Universidade Federal do Pará, vem nos elucidar sobre as fragilidades no sistema de educação e principalmente nos projetos pedagógicos dos cursos que ainda não conseguiram consolidar uma educação antirracista.

Tratar desses assuntos pontuais que vão das políticas educacionais até a conquista de um espaço de poder, nos remete também ao processo de conformação das leis que regem o país, e para as reflexões iniciais que tangem a formação docente. Leandra Aparecida Mendes dos Santos Rodrigues, Leida Corrêa da Silva, Patrícia Gonçalves de Jesus e Cristiane Maria Ribeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Urutaí nos apresenta o texto **“LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS”** e explicitam que os 19 documentos analisados não se materializam pela falta de formação e capacitação dos docentes.

No texto **“AFRODESCENDÊNCIA E AFRICANIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL MONSENHOR MATEUS RUFINO, TERESINA/PI”** desenvolvido por Tiago Souza de Jesus, da Secretaria de Estado da Educação do Ceará e Cleber Santos Vieira da Universidade Federal de São Paulo/Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, busca analisar o Programa Mais Cultura nas Escolas (PMCE) na referida escola para a implementação da Lei 10.639/03, e é notório que a capoeira contribuiu para que os estudantes adotassem uma postura de combate ao racismo antinegro, ao potencializar a relação entre território e escola, e aumento da autoestima dos estudantes negros. Corroborando assim com Macedo et. al. (2019) que nos afirma que a capoeira é um instrumento muito importante como referencial metodológico para enfrentamento do racismo e quebra dos paradigmas existentes sobre o jogo.

ENFRENTANDO O RACISMO NAS AULAS DE SOCIOLOGIA é o texto que foi desenvolvido pela pesquisa de Isabela Rodrigues Ligeiro e José Eustáquio de Brito da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), que teve como locus a Região Metropolitana de Belo Horizonte com o objetivo de compreender como aulas e atividades propostas por professores de sociologia do ensino médio têm contribuído para o desenvolvimento de uma educação das relações étnico-raciais tendo por intenção a implementação a Lei 10639/03.

Seguindo, o texto **“EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA EXPERIÊNCIA COM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL”** de autoria de Waldemar Borges de Oliveira Júnior e Maria da Conceição Gemaque de Matos da Universidade Federal do Pará, vem no intuito de corroborar a importância do processo de amadurecimento e formação docente através da pesquisa com 4 professores de Ciências em Oeiras do Pará, apontando a importante colaboração para que a ampliação dos conhecimentos sobre a temática das relações raciais são possíveis também nas aulas de Ciências, no Ensino Fundamental.

Santos, Valadares e Macedo (2019) nos elucida que, educação escolar e não escolar têm sido convocadas a tratar sobre a diversidade cultural existente na sociedade e que reverbera nas instituições de ensino de diferentes níveis, e Neide Cristina da Silva da Universidade Nove de Julho nos apresenta também além do olhar docente que fora apresentado anteriormente, o olhar dos estudantes frente as percepções que os mesmos têm ao se falar em racismo no espaço escolar e sociedade. O texto **“RACISMO NO CURRÍCULO DE HISTÓRIA: A VISÃO DOS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO DE SÃO PAULO”** vem nesse perspectiva.

Segundo Gomes (2017), no Brasil, a escola, principalmente a pública, é resultado de uma luta popular pelo direito à educação e entendida como parte do processo de emancipação social. E o texto **“RECONFIGURAÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES: REFLEXÕES A PARTIR DAS RELAÇÕES RACIAIS E DO ENSINO DE GEOGRAFIA”** de Tiago Dionísio da Silva da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, justamente apresenta uma análise do material didático de

Geografia do Programa “Nova EJA” com recorte para as relações raciais, mais especificamente revelando como se dá a representatividade da população negra no referido material, uma vez que o segmento negro da sociedade brasileira é a maioria nos bancos escolares na Educação de Jovens e Adultos.

O texto **“EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO MUNICÍPIO DA SERRA-ES: UMA ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES DE 2008”** de Franciele Teixeira da Silva Polez e Joelma dos Santos Rocha Trancoso do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) em parceria com Eduardo Augusto Moscon Oliveira da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) tem como mote analisar as Orientações Curriculares para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental do município de Serra no estado do Espírito Santo buscando compreender onde a Educação para as Relações-Raciais podem contribuir de certa forma para o combate do racismo.

E pensando em como combater o racismo, Samir Ahmad dos Santos Mustapha da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e Renata Takllan Rogow Leung da Universidade de São Paulo nos apresentam o texto **“ACADEMIA ESTUDANTIL DE LETRAS KIUSAM DE OLIVEIRA E A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS”** no intuito de compartilhar a academia como uma política pública sólida de promoção da leitura literária no município de São Paulo e assim, contribuem para o tema da Educação das Relações Étnico-Raciais pautando a inclusão, a autonomia dos alunos e a melhoria da aprendizagem.

Com relação ao ambiente universitário as temáticas especiais para a construção de uma sociedade justa e igualitária também está fadada ao fracasso e o texto **“O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DE DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR”** de Danielle Pereira de Araújo e Marcos Antônio Batista da Silva da Universidade de Coimbra revela as disputas e ambiguidades existentes na construção da educação antirracista nos cursos de pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia

Afro-Brasileira (UNILAB), onde o currículo expressa as tensões, contradições e interesses de grupos que estão dentro e fora da universidade.

Ao norte do estado do Espírito Santo, a Faculdade Municipal, do município de Linhares, é uma cidade marcada pelos processos diversos de embranquecimento da sua população e de processos de exclusão construído pelos esteriótipos e os pesquisadores Joana Lúcia Alexandre de Freitas da Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli) e Yuri Miguel Macedo da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) apresentam o texto **“BLACK POWER: UM PROJETO EMANCIPATÓRIO E ANTIRRACISTA NA FACELI”** que é um projeto de extensão que tem como objetivo promover ações que promovam reflexões e ações para esclarecer falsas ideologias, e, despertar mais pessoas a combater o racismo que está estruturado, institucionalizado e é, portanto, institucional.

Por fim, o texto **“RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, RACISMO E EDUCAÇÃO: LEI Nº 10.639/2003 E SUAS DIRETRIZES”** escrito por Cristiane Miranda de Oliveira da Secretaria Municipal de Educação de Salvador-BA e Maria de Fátima Hanaque Campos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), perpassa todos os demais textos trazendo conceitos de raça e etnia, bem como uma introdução e contextualização das relações étnico-raciais. E foi por meio de uma revisão de literatura que as autoras puderam nos dizer que “Percebe-se que é indispensável reunir esforços para que cada vez mais a população negra ganhe força e representatividade nos mais diversos espaços e segmentos da sociedade, implicando em justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, para uma grande parcela da população que há décadas sofre com a discriminação e as desigualdades.”

De Porto Seguro na Bahia (Yuri) a São Paulo capital (Kiusam), deixamos nossas saudações ancestrais em plena pandemia da COVID, agradecendo a todos os autores que abrilhantaram esse dossiê que se mostra tão relevante na atualidade. Antes de mais nada é preciso lembrar daqueles que vieram antes de nós para nos dar força, saúde e garra no combate do racismo nas instituições como sociedade, universidades, escolas. E mesmo assim, sem perder a ternura, deixamos aqui um poema-resistência.

BRECHA

(Kiusam de Oliveira)

Não posso ver uma brecha
que me estico toda
Nela, corpos pretos
instintivamente se alastram
Na contramão de tudo e de todos
como mato insisto, me materializo
e desintegro se for preciso, persisto
Apesar das pisadas de suas botas
subsisto, renasço bravamente
insistente, não me calo
e disparo saliva se me ataca
revido a tua obra que é viciada
esperneio ferozmente se me dá tapa
Na tua fuça, cuspo
se como 'bola preta' me encaçapa
Resmungo, xingo, enraiveço
sempre que me toma pelo avesso
Eu renasço, ainda que rastejante,
minúscula, me esgueiro, matreira
Sei que sou semente boa,
erva curandeira
Trepo e multiplico, alvissareira.
Sou vida! Sou vida! Sou vida!
E em todas as brechas recrio-me,
multiplico-me, fertilizo-me, reencanto-me
Só porque sou pura teimosia
insisto em ser verde, não amadureci, ainda,
e assim, vivo para te afrontar

Mesmo que eu morra a cada segundo
muito mais do que viva, impossível não lutar
pelas pretas vidas que somos, hiatos humanos
que nas brechas brotamos pois, nos importamos
Nas suas ranhuras, branco, daqui das brechas
reverso o teu espelho: ainda te ensino, a ser humano.

Referências

GOMES, N.L. **O movimento negro educador**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. v. 1. 154p

MACEDO, Yuri Miguel; OLIVEIRA, Eduardo David; PEÇANHA, Cinézio Feliciano. A CAPOEIRA COMO REFERENCIAL METODOLÓGICO PARA ENFRENTAMENTO DO RACISMO. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 11, n. Ed. Especi, p. 174-187, out. 2019. ISSN 2177-2770.

MACEDO, Y. M.; MAIA, C. B.; DOS SANTOS, M. F. PEDAGOGIA DE TERREIRO: PELA DECOLONIZAÇÃO DOS SABERES ESCOLARES. **Vivências**, v. 15, n. 29, p. 13-26, 3 out. 2019.

SANTOS, M. F. dos; VALADARES, F. B.; MACEDO, Y. M. (Des)encontros para um currículo afrocentrado no ensino de língua portuguesa na educação profissional técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 204 - 231, 2019.